

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº ____/2022 - LEGISLATIVO

Altera o Art.37-A da Lei nº 2.061/2012 que “Acrescenta modificações na Lei Municipal nº 1.885, de 15 de junho de 2010 (que institui o Plano de Cargos e Carreiras e Remunerações do Magistério de Santa Cruz do Capibaribe/PE) e dá outras providências

O Vereador, **EMANUEL SOUZA RAMOS**, na qualidade de representante do Poder Legislativo de Santa Cruz do Capibaribe, estado de Pernambuco, no uso das suas atribuições legais, submete à apreciação dos Vereadores desta Casa, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art.37-A da Lei nº 2.061/2012, que antes vigorava sob a redação:

Art. 37-A. – O docente e demais servidores efetivos que exerçam atividade de suporte pedagógico direto à docência devidamente matriculados em cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, que tenham correlação com a sua formação profissional e com as atribuições definidas para o cargo que ocupa, poderão ser liberados das atividades educacionais ou técnicas, parcial com no mínimo de 50% (cinquenta por cento), ou totalmente, sem prejuízo das vantagens do cargo, nos seguintes termos:

I - para o curso de mestrado, será garantido o afastamento de 3% (três por cento) da categoria de professores da Rede Municipal por 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses.

a) Findo o curso de mestrado, somente será permitido novo afastamento depois de decorridos no mínimo três anos.

II - para o curso de doutorado, será garantido o afastamento de 1% (um por cento) da categoria de professores da Rede Municipal por 48 (quarenta e oito) meses, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses.

a) Findo o curso de doutorado, somente será permitido novo afastamento depois de decorridos no mínimo cinco anos.

§ 1º - Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração, ficando ainda, expressamente vedada a concessão de licença para tratar de interesse particular ou aposentadoria antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento dos valores e demais despesas auferidas pelo servidor beneficiado correspondente ao período que permaneceu afastado, salvo por caso fortuito ou motivo de força maior.

§ 2º - Para a concessão do afastamento do profissional para qualificação e aperfeiçoamento será imprescindível:

- a) Requerimento do interessado;
- b) Comprovante de matrícula no curso pretendido em universidades reconhecidas pelo MEC;
- c) Comprovada demonstração de correlação entre o curso pretendido e a área de atuação do servidor no cargo exercido no município;
- d) Se pertencer à outra instituição pública, comprovante de que fez o mesmo requerimento e a concessão do afastamento;**
- e) Declaração de que não está matriculado simultaneamente em cursos de Pós-Graduação stricto sensu;

Passando a vigorar sob a supressão do item “D” do § 2º da forma que segue:

Art. 37-A. – O docente e demais servidores efetivos que exerçam atividade de suporte pedagógico direto à docência devidamente matriculados em cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, que tenham correlação com a sua formação profissional e com as atribuições definidas para o cargo que ocupa, poderão ser liberados das atividades educacionais ou técnicas, parcial com no mínimo de 50% (cinquenta por cento), ou totalmente, sem prejuízo das vantagens do cargo, nos seguintes termos:

I - para o curso de mestrado, será garantido o afastamento de 3% (três por cento) da categoria de professores da Rede Municipal por 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses.

a) Findo o curso de mestrado, somente será permitido novo afastamento depois de decorridos no mínimo três anos.

II - para o curso de doutorado, será garantido o afastamento de 1% (um por cento) da categoria de professores da Rede Municipal por 48 (quarenta e oito) meses, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses.

a) Findo o curso de doutorado, somente será permitido novo afastamento depois de decorridos no mínimo cinco anos.

§ 1º - Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração, ficando ainda, expressamente vedada a concessão de licença para tratar de interesse particular ou aposentadoria antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento dos valores e demais despesas auferidas pelo servidor beneficiado correspondente ao período que permaneceu afastado, salvo por caso fortuito ou motivo de força maior.

§ 2º - Para a concessão do afastamento do profissional para qualificação e aperfeiçoamento será imprescindível:

- a) Requerimento do interessado;**

- b) Comprovante de matrícula no curso pretendido em universidades reconhecidas pelo MEC;
- c) Comprovada demonstração de correlação entre o curso pretendido e a área de atuação do servidor no cargo exercido no município;
- d) Declaração de que não está matriculado simultaneamente em cursos de Pós-Graduação stricto sensu;

Art. 2º Fica revogado qualquer disposição que siga em contrário desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2022.



EMANUEL SOUZA RAMOS
Vereador – PSD

JUSTIFICATIVA

É necessário que o município seja sempre um condutor de aperfeiçoamento da nossa educação, sendo imprescindível dar todo suporte e espaço necessário para os magistrados, que são precursores na base educacional de qualquer município.

O item citado impede a progressão de direitos dos magistrados no nosso município unicamente por não atenderem a letra “d” do §2º, pois, exige-se que **“Se pertencer à outra instituição pública, comprovante de que fez o mesmo requerimento e a concessão do afastamento;”** Porém, servidores/as vinculados/as à outras redes, cujos Planos de Cargos e Carreiras não preveem a referida licença para formação continuada, estão tendo seu direito negado.

Vale salientar que, na inexistência da garantia dessa licença em outras redes, o/a servidor/a, não pode ser punido/a pelo município. Há casos de professores/as que ainda estão em estágio/período probatório em outras redes, assim, mesmo que a referida rede garanta a licença, esta não pode ser gozada durante este período em que o servidor passa por avaliação e tem duração de 3 anos.

Sala das Sessões, 5 de setembro 2022.

EMANUL SOUZA RAMOS
Vereador - PSD